



## CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA PAULISTA

ESTADO DE SÃO PAULO

### CONCURSO PÚBLICO

## 001. PROVA OBJETIVA

### PROCURADOR JURÍDICO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_

Prédio \_\_\_\_\_

Sala \_\_\_\_\_

Carteira \_\_\_\_\_



## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** e **02**.

Não sentimos nem o extremo quente, nem o extremo frio. As qualidades excessivas nos são inimigas e não sensíveis: não as sentimos, toleramo-las. Demasiada juventude e demasiada velhice impedem o espírito; instrução demais e pouca demais. Enfim, as coisas extremas são para nós como se não existissem, e nós não existimos em relação a elas: elas nos escapam, ou nós a elas.

(Blaise Pascal. *Pensamentos*. Trad. Pietro Nassetti. São Paulo, Martin Claret, 2003)

**01.** O autor apresenta a juventude e a velhice demasiadas como condições que

- (A) devem ser sentidas, mas não memorizadas.
- (B) escapam à razão, embora sejam inspiradoras.
- (C) acometem especialmente os mais sensíveis.
- (D) são limitadoras do espírito por razões opostas.
- (E) podem ser entendidas por mentes muito instruídas.

**02.** O trecho – ... nós não existimos **em relação** a elas... – permanecerá redigido corretamente, conforme a norma-padrão da língua, e com o sentido preservado, se a expressão destacada for substituída por:

- (A) no que concerne.
- (B) no que preconiza.
- (C) no que tem vínculo.
- (D) no que demanda.
- (E) no que faz conexão.

Leia o texto para responder às questões de números **03** a **07**.

O fato de a beleza aplicar-se a certas coisas e não a outras, o fato de ser um princípio de discriminação constituiu, no passado, a sua força e a sua atração. A beleza pertencia à família de ideias que estabelecem escalas e casava bem com uma ordem social sem remorsos quanto à posição, classe, hierarquia e ao direito de excluir.

O que antes havia sido uma virtude do conceito passou a ser o seu defeito. A discriminação, antes uma faculdade positiva (significava julgamento refinado, padrões elevados, esmero), tornou-se negativa: significava preconceito, intolerância, cegueira para as virtudes daquilo que não era idêntico a quem julgava.

O movimento mais forte e mais bem-sucedido contra a beleza ocorreu nas artes: beleza — e dar importância à beleza — era restritivo; como reza a expressão corrente, elitista. Nossas apreciações, assim sentiam, poderiam ser muito mais inclusivas se disséssemos que algo, em vez de ser belo, era “interessante”.

Claro, quando as pessoas diziam que uma obra de arte era interessante, isso não significava que necessariamente tivessem gostado — muito menos que a achassem bela. Em geral significava apenas que achavam que deviam gostar. Ou que gostavam, mais ou menos, embora não fosse bela. Ou podiam definir algo como interessante a fim de evitar a banalidade de chamá-lo de belo. A fotografia foi a arte em que “o interessante” triunfou primeiro, e bem cedo: a nova maneira fotográfica de ver propunha que tudo era um tema potencial para a câmera. O belo não poderia consentir numa gama tão vasta de temas.

O amplo emprego do “interessante” como critério de valor acabou, inevitavelmente, enfraquecendo o seu gume transgressivo. O que resta da antiga insolência repousa sobretudo no seu desdém pelas consequências das ações e dos julgamentos. O interessante é, agora, sobretudo uma ideia consumista, vergada sob o peso da ampliação do seu domínio: quanto mais coisas se tornam interessantes, mais o mercado se expande.

(Susan Sontag. “Uma discussão sobre a beleza”. In *Ao mesmo tempo*. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo, Companhia das Letras, 2008. Adaptado)

**03.** De acordo com o texto, é correto afirmar que

- (A) a caracterização do “interessante” como uma ideia consumista evidencia o quanto essa proposta era elitista em sua origem.
- (B) o conceito de “interessante” nasceu para substituir a ideia de beleza, mas atualmente já não é mais empregado.
- (C) o “interessante”, como critério de valoração, não se distingue do conceito de beleza, pois ambos excluem a literatura.
- (D) o termo “interessante” permitiu que as pessoas dissessem com maior precisão se haviam gostado ou não de uma obra.
- (E) a noção de beleza perdeu espaço para o conceito de “interessante” conforme a discriminação se tornou um defeito.

**04.** Segundo as informações do texto, é correto afirmar que o fato de o “interessante” ter vigorado primeiro na fotografia justifica-se

- (A) pelo desprezo que essa arte tem relegado ao belo.
- (B) pela pluralidade de olhares que essa arte passou a abarcar.
- (C) pelo vínculo entre essa arte e os ideais consumistas.
- (D) pela insistência dessa arte em fugir das excentricidades.
- (E) pelas limitações técnicas características dessa arte.

05. No texto, são empregadas como sinônimas as palavras

- (A) ordem e direito (1º parágrafo).
- (B) família e posição (1º parágrafo).
- (C) restritivo e elitista (3º parágrafo).
- (D) critério e valor (5º parágrafo).
- (E) gume e peso (5º parágrafo).

06. Considere o segundo parágrafo:

O que antes havia sido uma virtude do conceito passou a ser o seu defeito. A discriminação, antes uma faculdade positiva (significava julgamento refinado, padrões elevados, esmero), tornou-se negativa: significava preconceito, intolerância, cegueira para as virtudes daquilo que não era idêntico a quem julgava.

Um vocábulo empregado com sentido exclusivamente figurado, nesse contexto, é:

- (A) virtude.
- (B) discriminação.
- (C) faculdade.
- (D) esmero.
- (E) cegueira.

07. No trecho – ... **quanto mais** coisas se tornam interessantes, **mais** o mercado se expande. –, a relação de sentido estabelecida pelas expressões destacadas é de

- (A) proporção.
- (B) finalidade.
- (C) concessão.
- (D) modo.
- (E) dúvida.

Leia o texto para responder às questões de números 08 a 10.

### *A surpresa*

Olhar-se ao espelho e dizer-se deslumbrada: Como sou misteriosa. Sou tão delicada e forte. E a curva dos lábios manteve a inocência. Não há homem ou mulher que por acaso não se tenha olhado ao espelho e se surpreendido consigo próprio. Por uma fração de segundo a gente se vê como a um objeto a ser olhado. A isto se chamaria talvez de narcisismo, mas eu chamaria de: alegria de ser. Alegria de encontrar na figura exterior os ecos da figura interna: ah, então é verdade que eu não me imaginei, eu existo.

(Clarice Lispector. *Aprendendo a viver*. São Paulo, Rocco, 2004)

08. “A surpresa”, expressa no título do texto, caracteriza

- (A) a sensação da pessoa que se olha ao espelho pela primeira vez e vê no reflexo um sujeito com quem não se identifica.
- (B) a satisfação em perceber que se tem o direito de ser um pouco narcisista para resgatar a autoestima perdida.
- (C) o estado daquele que percebe que seu narcisismo não é fruto de um comportamento doentio, mas sim de amor próprio.
- (D) o contentamento de quem se dá conta da realidade de sua própria existência ao se contemplar diante do espelho.
- (E) o instante exato em que nos olhamos ao espelho e percebemos o quanto somos diferentes do que pretendíamos.

09. O período do texto – A isto se chamaria talvez de narcisismo, mas eu chamaria de: alegria de ser. – está corretamente reescrito, de acordo com a norma-padrão de pontuação, em:

- (A) A isto se chamaria talvez, de narcisismo, mas eu chamaria de “alegria de ser”.
- (B) A isto se chamaria, talvez, de narcisismo; mas eu chamaria de alegria de ser.
- (C) A isto, se chamaria, talvez de narcisismo, mas eu chamaria de – alegria de ser.
- (D) A isto se chamaria, talvez de narcisismo. Mas, eu chamaria de... alegria de ser.
- (E) A isto, se chamaria talvez, de narcisismo, mas, eu chamaria de alegria de ser.

10. O trecho – Não há **homem** ou **mulher** que por acaso não se tenha olhado ao espelho e se surpreendido consigo próprio. – está reescrito com as expressões em destaque flexionadas no plural e as formas verbais flexionadas no pretérito, de acordo com a norma-padrão da língua e sem prejuízo de sentido, em:

- (A) Não houve homens ou mulheres que por acaso não se tiveram olhado ao espelho e se surpreendido consigo próprios.
- (B) Não houveram homens ou mulheres que por acaso não se tiveram olhado ao espelho e se surpreendido consigo próprios.
- (C) Não houve homens ou mulheres que por acaso não se tivessem olhado ao espelho e se surpreendido consigo próprios.
- (D) Não houveram homens ou mulheres que por acaso não se tivessem olhado ao espelho e se surpreendido consigo próprios.
- (E) Não houveram homens ou mulheres que por acaso não se teriam olhado ao espelho e se surpreendido consigo próprio.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### DIREITO CONSTITUCIONAL

11. Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre características dos instrumentos de controle de constitucionalidade existentes no ordenamento jurídico nacional.
- (A) O princípio da indisponibilidade, que rege o processo de controle concentrado de constitucionalidade, não impede a desistência da ação direta de inconstitucionalidade.
  - (B) A arguição de descumprimento de preceito fundamental não é a via adequada para se obter a interpretação, a revisão ou o cancelamento de súmula vinculante.
  - (C) O *amicus curiae*, na qualidade de terceiro interveniente no processo de fiscalização normativa abstrata, dispõe dos mesmos poderes processuais que as partes.
  - (D) A decisão que declara a constitucionalidade da lei em ação declaratória não admite a interposição de embargos declaratórios.
  - (E) Admite-se reclamação contra omissão da Administração Pública por ofensa a súmula vinculante, mesmo quando não esgotadas as vias administrativas.
12. O Supremo Tribunal Federal pacificou entendimento a respeito da repartição de competências na Constituição Federal de 1988, por meio de Súmula Vinculante, no sentido de que
- (A) lei municipal pode impedir a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.
  - (B) a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo são de competência concorrente da União e dos Estados.
  - (C) compete privativamente à União legislar sobre vencimentos dos membros das polícias civis e militares dos Estados e do Distrito Federal.
  - (D) o Município é competente para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.
  - (E) a proteção ao meio ambiente é assunto de interesse local, razão pela qual, é competência privativa do Município legislar sobre o tema.
13. Considere a seguinte situação hipotética:
- Vereador da Câmara Municipal de Várzea Paulista aceita convite do Prefeito Municipal e passa a exercer, em acúmulo com suas funções parlamentares, o cargo de Secretário Municipal da Saúde, percebendo ambas as remunerações concomitantemente.
- Tendo em vista o previsto na Constituição Federal, a acumulação
- (A) poderá ser válida se a Lei Orgânica do Município de Várzea Paulista permitir, pois o texto constitucional não veda essa hipótese de acumulação de cargos e remunerações.
  - (B) é válida, pois essa hipótese é permitida a Deputados e Senadores expressamente, e aos Vereadores aplicam-se integralmente todas as proibições e impedimentos daqueles.
  - (C) não é válida, podendo, todavia, o Vereador se licenciar do mandato e exercer o cargo, optando por apenas uma das duas remunerações.
  - (D) não é válida enquanto a legalidade do ato de admissão não for analisada pelo Tribunal de Contas Estadual para fins de registro.
  - (E) é válida, pois a hipótese analisada é prevista como exceção à proibição de acumulação de cargos, empregos e funções na Administração Pública.
14. Em virtude da observância obrigatória de dispositivos da Constituição Federal de 1988 no processo legislativo municipal, os projetos de iniciativa privativa do Prefeito Municipal
- (A) devem ser apresentados nos prazos fixados pela respectiva Câmara Municipal.
  - (B) não se sujeitam ao controle prévio de constitucionalidade.
  - (C) demandam aprovação por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
  - (D) não podem versar sobre criação de cargos na Administração direta e autárquica.
  - (E) em regra, não admitem aumento das despesas neles previstas.
15. O julgamento das contas do Prefeito Municipal, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal, compete
- (A) à Câmara Municipal, com o auxílio do Tribunal de Contas, tanto para as contas de governo quanto para as de gestão.
  - (B) exclusivamente à Câmara Municipal, mas o Tribunal de Contas pode realizar o julgamento ficto por decurso do prazo assinalado ao Legislativo.
  - (C) ao Tribunal de Contas exclusivamente quanto às prestações de contas deste como ordenador de despesas.
  - (D) ao Tribunal de Contas, tanto para as contas de governo quanto para as de gestão.
  - (E) à Câmara Municipal, independentemente de parecer prévio do Tribunal de Contas, que possui caráter facultativo.

- 16.** A Constituição Federal prevê que o Prefeito Municipal perderá o mandato se
- (A) assumir outro cargo ou função na Administração Pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público.
  - (B) deixar de pagar, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada.
  - (C) não aplicar o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.
  - (D) deixar de prover a execução de lei federal, estadual municipal, ou ordem ou decisão judicial.
  - (E) não observar princípios indicados na Constituição Estadual, conforme decisão do Tribunal de Justiça local.
- 17.** Cidadão brasileiro estabelece residência em Nova Iorque e lá permanece por muitos anos e, preenchendo os requisitos impostos pela legislação norte-americana, pleiteia a naturalização, para que passe a ser nacional dos Estados Unidos. Tendo sido concedido o pedido pelo governo americano, é correto afirmar que o Cidadão
- (A) passará a gozar de dupla nacionalidade, pois a acumulação de nacionalidades é admitida pela Constituição Federal, mas apenas para o reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira, como no caso em tela.
  - (B) poderá ter declarada a perda da nacionalidade brasileira, se a norma estrangeira não impuser a naturalização como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.
  - (C) não poderia ter formulado o pedido de naturalização ao governo americano sem antes comunicar ao governo brasileiro sua intenção de renunciar à nacionalidade brasileira, o que torna o ato nulo.
  - (D) precisa, para manter as duas nacionalidades, submeter o ato de concessão da nacionalidade derivada pelo governo americano a um processo de homologação perante o Ministério das Relações Exteriores.
  - (E) passará a gozar de dupla nacionalidade, mas, em relação à nacionalidade brasileira, esta ficará limitada, sendo-lhe atribuídos somente os direitos inerentes ao brasileiro naturalizado, nos termos da Constituição.
- 18.** As ações governamentais na área da assistência social possuem como diretriz, entre outras,
- (A) a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações no nível municipal, exclusivamente.
  - (B) a faculdade reconhecida à União, aos Estados e ao Distrito Federal de vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até três décimos por cento de sua receita tributária líquida.
  - (C) o atendimento, por um único ente federativo, que contará com a participação da comunidade local, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações.
  - (D) o uso de recursos da seguridade social para pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais referentes à prestação de serviços e a programas de atendimento, desde que exclusivamente pertinentes à assistência social.
  - (E) a descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal.
- 19.** A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros, os seguintes princípios:
- (A) soberania nacional, dignidade da pessoa humana e intervenção do Estado na economia.
  - (B) livre concorrência, defesa do consumidor, cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e pluralismo político.
  - (C) propriedade privada e tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
  - (D) propriedade privada, função social da propriedade e promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor ou idade.
  - (E) redução das desigualdades regionais e sociais, busca do pleno emprego e erradicação da pobreza, da marginalização e das desigualdades sociais e regionais.

20. O imóvel pertencente a partido político

- (A) permanece imune ao IPTU, mesmo quando alugado a terceiros, independentemente da destinação que se dê aos aluguéis recebidos.
- (B) não permanece imune ao IPTU, sendo indiferente se a destinação dos aluguéis recebidos se dá em prol das atividades partidárias ou não.
- (C) não permanece imune ao IPTU se houver um comodato do imóvel para uma fundação sem fins lucrativos, mesmo que ela tenha sido instituída pelo próprio partido.
- (D) permanece imune ao IPTU, mesmo quando alugado a terceiros, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades essenciais da entidade.
- (E) permanece imune ao IPTU desde que o locatário seja pessoa jurídica sem fins lucrativos e, portanto, não exerça atividade econômica.

### DIREITO ADMINISTRATIVO

21. No tocante aos órgãos públicos, é correto afirmar que

- (A) a criação depende de lei, mas a extinção poderá ocorrer por meio de decreto.
- (B) somente a estruturação deverá ocorrer por meio de decreto do Chefe do Poder Executivo.
- (C) atualmente, o ordenamento jurídico exige lei para criação, estruturação e atribuições.
- (D) após alteração constitucional, a estruturação e atribuições podem ser processadas por meio de decreto do Chefe do Executivo.
- (E) a extinção depende de lei, mas a criação poderá ocorrer por meio de decreto.

22. É correto afirmar, no que concerne a uma Agência Reguladora, que

- (A) todas possuem natureza jurídica de autarquias, sendo que a inovação reside apenas na relativa independência que a ordem jurídica lhe atribui em aspecto técnico, administrativo e financeiro.
- (B) os servidores cumprem regime jurídico do emprego público, de caráter trabalhista, regulado pela CLT.
- (C) se trata de uma fundação mista, que possui integral independência no tocante à ordem jurídica, assim como no aspecto técnico e no regime jurídico.
- (D) existem algumas com natureza jurídica de autarquias e outras que se apresentam como fundações.
- (E) atualmente existem Agências que obedecem ao regime estatutário e outras que obedecem ao regime celetista.

23. A rescisão do contrato administrativo

- (A) poderá ocorrer unilateralmente e por via judicial, não havendo a possibilidade de ocorrer de forma amigável.
- (B) não poderá ser motivada pela decretação de falência ou a instauração de insolvência civil.
- (C) poderá ser amigável na hipótese de suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias.
- (D) em qualquer hipótese somente poderá ocorrer por via judicial, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- (E) poderá ocorrer unilateralmente, por ato da Administração ou do particular, quando houver atraso injustificável para o início da obra.

24. Nos termos da Lei nº 8.987/1995, no contrato de concessão,

- (A) não é admitida a subconcessão, mesmo que expressamente autorizada pelo poder concedente.
- (B) não se permite a participação de empresas em consórcio.
- (C) cláusula relativa aos casos de extinção da concessão não é considerada essencial.
- (D) a outorga de subconcessão será sempre precedida de convite.
- (E) o poder concedente disciplinará sobre o prazo da administração temporária.

25. Considere a hipótese de um Procurador Jurídico ser convidado a dar parecer sobre a base de cálculo dos honorários de advogado em desapropriação. O Procurador Jurídico estaria correto se afirmasse que

- (A) a base de cálculo dos honorários de advogado em desapropriação é a diferença entre a oferta e a indenização, corrigidas ambas monetariamente, nos termos de Súmula do Supremo Tribunal Federal.
- (B) os honorários deveriam, nos termos do Código de Processo Civil, observar o percentual mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da indenização.
- (C) apesar de o assunto não estar disciplinado na legislação, o Superior Tribunal de Justiça sumulou a matéria no sentido de que a base de cálculo dos honorários seja o valor da indenização.
- (D) os honorários deveriam, nos termos do Código de Processo Civil, observar o percentual mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da indenização.
- (E) os honorários deveriam, nos termos do Código de Processo Civil, observar o percentual mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da indenização.

26. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa total com pessoal no Município não poderá exceder o seguinte percentual da receita corrente líquida:
- (A) 70% (setenta por cento), computando-se as despesas de indenização por demissão de servidores ou empregados.
  - (B) 60% (sessenta por cento), não sendo computadas as despesas de indenização por demissão de servidores ou empregados.
  - (C) 70% (setenta por cento), não sendo computadas as despesas de indenização por demissão de servidores ou empregados.
  - (D) 50% (cinquenta por cento), computando-se as despesas de indenização por demissão de servidores ou empregados.
  - (E) 50% (cinquenta por cento), não sendo computadas as despesas de indenização por demissão de servidores ou empregados.
27. No que concerne ao controle judicial dos atos administrativos, é correto afirmar que o Brasil adota o Sistema
- (A) do Contencioso Administrativo, podendo ser preventivo ou corretivo e decorrente de ações constitucionais: *habeas corpus*, *habeas data*, mandado de segurança, mandado de injunção, ação popular e ação civil pública.
  - (B) do Contencioso Administrativo, podendo ser unicamente corretivo e decorrente de ações constitucionais: *habeas corpus*, *habeas data*, mandado de segurança, mandado de injunção, ação popular e ação civil pública.
  - (C) Misto (Contencioso Administrativo e Unidade de Jurisdição), podendo ser preventivo ou corretivo e decorrente de ações constitucionais: *habeas corpus*, *habeas data*, mandado de segurança, mandado de injunção, ação popular e ação civil pública.
  - (D) da Unidade de Jurisdição, podendo ser preventivo ou corretivo e decorrente de ações constitucionais: *habeas corpus*, *habeas data*, mandado de segurança, mandado de injunção, ação popular e ação civil pública.
  - (E) da Unidade de Jurisdição, podendo ser unicamente corretivo e decorrente de ações constitucionais: *habeas corpus*, *habeas data*, mandado de segurança, mandado de injunção, ação popular e ação civil pública.
28. Com relação à contratação de consórcio público, é correto afirmar que
- (A) observados os limites constitucionais e legais, os objetivos dos consórcios públicos serão determinados pelos entes que se consorciarem, não se admitindo a gestão associada de serviços públicos.
  - (B) não é obrigatório constar do protocolo de intenções a indicação da área de atuação do consórcio público.
  - (C) os entes da Federação consorciados não respondem subsidiariamente pelas obrigações do consórcio público.
  - (D) é facultativo constar do protocolo de intenções o número, as formas de provimento e a remuneração dos empregados do consórcio público.
  - (E) os Municípios poderão executar, por meio de consórcio público, ações ou programas a que sejam beneficiados por meio de transferências voluntárias da União.
29. Com relação ao acordo de leniência, previsto na legislação que disciplina a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, é correto afirmar que
- (A) a celebração do acordo de leniência não isentará a pessoa jurídica das sanções.
  - (B) o acordo de leniência não exige a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.
  - (C) importará em reconhecimento da prática do ato ilícito investigado a proposta de acordo de leniência rejeitada.
  - (D) a celebração do acordo de leniência não interrompe o prazo prescricional dos atos ilícitos.
  - (E) os efeitos do acordo de leniência não serão estendidos, em qualquer hipótese, às pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico, de fato e de direito.

#### DIREITO CIVIL

30. Assinale a alternativa correta, de acordo com as disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942).
- (A) É válida a disposição legal que estabelece *vacatio legis* por prazo inferior a 7 (sete) dias.
  - (B) Quando a lei for omissa, deve o juiz decidir de acordo com os costumes, os princípios gerais de direito e a analogia, nessa ordem.
  - (C) Nos Estados estrangeiros, o prazo de *vacatio legis* referente à aplicação da lei brasileira é, em regra, de 120 (cento e vinte) dias.
  - (D) É nulo o artigo de lei que implique na reprivatização.
  - (E) Não se admite a revogação tácita de leis.

31. Assinale a alternativa correta, de acordo com as disposições da Lei Complementar nº 95/98.
- (A) As leis ordinárias terão numeração sequencial, reiniciando-se a numeração no começo de cada ano civil.
  - (B) As técnicas de elaboração, redação e alteração das leis aplicam-se também aos atos de regulamentação expedidos por órgãos do Poder Executivo, no que couber.
  - (C) A codificação consiste na integração de todas as leis pertinentes a determinada matéria em um único diploma legal.
  - (D) Na alteração de leis, é vedada a reorganização interna das unidades em que se desdobra o artigo.
  - (E) As disposições transitórias integram a parte normativa da lei.

32. Assinale a alternativa que apresenta corretamente o nome de cada um dos três itens a seguir (extraídos do vigente Código Civil), na exata ordem em que aparecem, de acordo com a nomenclatura adotada na Lei Complementar nº 95/98.

LEI Nº 10.406 DE 10 DE JANEIRO DE 2002.

Institui o Código Civil.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

- (A) preâmbulo, ementa e epígrafe.
  - (B) ementa, preâmbulo e epígrafe.
  - (C) ementa, epígrafe e preâmbulo.
  - (D) epígrafe, preâmbulo e ementa.
  - (E) epígrafe, ementa e preâmbulo.
33. Assinale a alternativa correta sobre a articulação e redação das leis.
- (A) As referências a números e percentuais devem ser grafadas por extenso, exceto datas, números de leis e quando houver prejuízo para a compreensão do texto.
  - (B) O agrupamento de Seções constitui o Título; o de Títulos, o Capítulo; o de Capítulos, o Livro e o de Livros, a Parte.
  - (C) Quando o artigo possuir apenas um parágrafo, será utilizada a expressão “parágrafo único”, por extenso, ou a forma mista “§ único”.
  - (D) Em observância aos princípios da clareza e precisão, é vedada a utilização de siglas.
  - (E) Na articulação de textos legais, a última unidade de desdobramento é a alínea.

34. Assinale a alternativa correta sobre a fiança nos contratos de locação de imóveis urbanos.
- (A) É permitido ao locador exigir do locatário a fiança pessoal cumulada com o seguro de fiança locatícia.
  - (B) Se casados no regime da comunhão parcial de bens, é válida a fiança prestada sem autorização do cônjuge.
  - (C) Em regra, a fiança pessoal não abrange os acessórios, tais como juros, multa e despesas judiciais.
  - (D) É vedado ao locador exigir mais de um fiador para garantir as obrigações decorrentes da locação.
  - (E) Na dissolução de união estável, prosseguindo a locação residencial em relação ao companheiro que permanecer no imóvel, poderá o fiador exonerar-se de suas responsabilidades.

35. Assinale a alternativa correta sobre o instituto da hipoteca.
- (A) É válida a cláusula contratual que autoriza o credor hipotecário a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento.
  - (B) A garantia hipotecária poderá remanescer pelo prazo máximo de 50 (cinquenta) anos, podendo subsistir se confeccionado novo título e novo registro.
  - (C) Se o imóvel tiver mais de um proprietário, um dos coproprietários poderá hipotecar sua parte sem anuência dos demais.
  - (D) Não podem ser objeto de hipoteca as estradas de ferro, os navios e as aeronaves.
  - (E) Se o produto da execução da hipoteca não for suficiente para pagamento da dívida, ficará o devedor exonerado do pagamento do valor remanescente.

36. Assinale a alternativa correta sobre os direitos e políticas de proteção aos idosos.
- (A) Aos maiores de 59 (cinquenta e nove) anos é assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos.
  - (B) É permitida, em regra, a fixação de limite máximo de idade para admissão de idosos em emprego.
  - (C) As entidades governamentais de atendimento aos idosos que descumprirem as determinações do Estatuto do Idoso estão sujeitas à advertência, multa e interdição de unidade.
  - (D) É vedado exigir o comparecimento do idoso enfermo perante os órgãos públicos.
  - (E) Em concurso público, a idade deverá ser um dos critérios de desempate, ainda que não o primeiro.

37. As interdições deverão ser registradas no registro
- (A) civil de pessoas jurídicas.
  - (B) de títulos e documentos.
  - (C) civil de pessoas naturais.
  - (D) de imóveis.
  - (E) civil de estado.

- 38.** É matéria que deve ser alegada como questão preliminar processual, nos termos do art. 337, do CPC, em sede de contestação:
- (A) impossibilidade jurídica do pedido.
  - (B) existência de coisa julgada.
  - (C) ocorrência da prescrição.
  - (D) denunciação da lide.
  - (E) reconhecimento jurídico parcial do pedido.
- 39.** No que concerne à estabilização da tutela antecipada, assinale a alternativa correta.
- (A) A tutela antecipada torna-se estável se, da decisão que a conceder, não for interposta contestação.
  - (B) A decisão submetida à estabilização faz coisa julgada.
  - (C) O autor deverá indicar, na petição inicial, que pretende valer-se do benefício da estabilização da tutela antecipada, a fim de que ela possa vir a ocorrer no processo.
  - (D) O direito de rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada estabilizada, extingue-se após 01 (um) ano, contados da ciência da decisão que extinguiu o processo.
  - (E) Apenas o réu poderá demandar com o intuito de rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada estabilizada.
- 40.** Sobre a ação rescisória, nos termos literais do Novo Código de Processo Civil, é correto asseverar que
- (A) há erro de fato quando a decisão rescindenda admitir fato existente ou quando considerar inexistente fato efetivamente ocorrido.
  - (B) pode ter por objeto apenas 1 (um) capítulo da decisão.
  - (C) os atos de disposição de direitos, praticados pelas partes e homologados pelo juízo, podem por intermédio dela ser impugnados.
  - (D) julgada procedente, o tribunal rescindir a decisão, assim como proferirá, se for o caso, novo julgamento e determinará a conversão do depósito prévio em favor da União ou do Estado.
  - (E) o termo inicial do prazo será a data de descoberta da prova nova, observado o prazo máximo de 4 (quatro) anos, contado do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.
- 41.** Nos termos do art. 1.015, do CPC, cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre
- (A) a rejeição da prova pericial.
  - (B) o aditamento da petição inicial.
  - (C) a inclusão de litisconsorte.
  - (D) o acolhimento do pedido de benefício da justiça gratuita.
  - (E) o mérito do processo.
- 42.** No que diz respeito à ação popular como mecanismo para o cidadão pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público:
- (A) o prazo de contestação é de 15 (quinze) dias, prorrogáveis por mais 15 (quinze).
  - (B) a intervenção do Ministério Público ocorrerá a critério do órgão ministerial.
  - (C) a sentença que concluir pela carência da ação não está sujeita ao duplo grau de jurisdição.
  - (D) no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de prova, qualquer cidadão poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.
  - (E) a sentença que, apreciando o fundamento de direito do pedido, julgar a lide manifestamente temerária, condenará o autor ao pagamento do quintúplo das custas.
- 43.** No procedimento especial do mandado de segurança individual, como ação visando coibir a lesão a direito líquido e certo da pessoa:
- (A) a interposição de agravo de instrumento contra liminar concedida nas ações movidas contra o poder público e seus agentes não prejudica nem condiciona o julgamento do pedido de suspensão de segurança.
  - (B) negada a segurança, a sentença estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição.
  - (C) não se estende à autoridade coatora o direito de recorrer.
  - (D) a sentença que conceder o mandado de segurança não pode ser executada provisoriamente.
  - (E) o ingresso de litisconsorte ativo será admitido após a citação da autoridade coatora.

44. Acerca do processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, nos expressos termos da legislação vigente sobre o tema, temos que:
- (A) a concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação em sentido contrário.
  - (B) poderá ser proposta pelo Prefeito Municipal.
  - (C) proposta, admitirá desistência, desde que apresentada antes da prolação de decisão saneadora.
  - (D) a decisão sobre a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo será tomada se presentes na sessão pelo menos 05 (cinco) Ministros.
  - (E) a decisão que declara a inconstitucionalidade da lei ou do ato poderá ser objeto de ação rescisória.

### DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

45. À direção municipal do Sistema de Saúde (SUS) compete
- (A) formular normas e estabelecer padrões, em caráter suplementar, de procedimentos de controle de qualidade para produtos e substâncias de consumo humano.
  - (B) o acompanhamento, a avaliação e a divulgação dos indicadores de morbidade e mortalidade no âmbito da unidade federada.
  - (C) controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados de saúde.
  - (D) elaborar o Planejamento Estratégico Regional no âmbito do Sistema Único de Saúde.
  - (E) coordenar o sistema de redes integradas de assistência de alta complexidade.
46. A educação infantil será organizada de acordo com a seguinte regra comum:
- (A) avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, com o objetivo de promoção para o acesso ao ensino fundamental.
  - (B) carga horária mínima anual de 760 (setecentas e sessenta) horas, distribuída por um mínimo de 220 (duzentos e vinte) dias de trabalho educacional.
  - (C) atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 8 (oito) horas para a jornada integral.
  - (D) controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 70% (setenta por cento) do total de horas.
  - (E) expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

47. A prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico é caracterizada por:
- (A) um único prestador do serviço para vários municípios, contíguos ou não.
  - (B) uniformidade de fiscalização e regulação dos serviços, exceto a sua remuneração.
  - (C) no exercício das atividades de planejamento dos serviços, o titular receber cooperação técnica da União.
  - (D) ser realizada, apenas, por empresa pública ou sociedade de economia mista.
  - (E) obedecer ao plano de saneamento básico vigente para todos os municípios, integrantes de um respectivo Estado da Federação.
48. Os loteamentos deverão atender, pelo menos, ao seguinte requisito:
- (A) áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público e privado, proporcionais à densidade de ocupação prevista pelo plano diretor ou aprovadas por lei municipal para a zona em que se situem.
  - (B) os lotes terão área mínima de 150 m<sup>2</sup> (cento e cinquenta metros quadrados) e frente mínima de 5 (cinco) metros, salvo quando o loteamento se destinar a urbanização específica ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, previamente aprovados pelos órgãos públicos competentes.
  - (C) ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa não-edificável de 10 (dez) metros de cada lado.
  - (D) as vias de loteamento deverão articular-se com as vias adjacentes oficiais, existentes ou projetadas, e harmonizar-se com a topografia local.
  - (E) a legislação municipal definirá, para cada zona em que se divida o território do Município, os usos permitidos e os índices urbanísticos de parcelamento e ocupação do solo, que incluirão, obrigatoriamente, as áreas mínimas de lotes e os coeficientes mínimos e máximos de aproveitamento.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

49. Ocorre o lançamento por homologação quanto aos tributos cuja legislação tributária atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa. Nessa modalidade de lançamento, considera-se extinto o crédito tributário, sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado acerca do pagamento antecipado levado a cabo pelo sujeito passivo, passados 5 anos contados

- (A) do pagamento antecipado.
- (B) do fato gerador.
- (C) da constituição do crédito tributário.
- (D) da publicação da lei que determinar o pagamento antecipado.
- (E) da determinação do sujeito passivo.

50. Assinale a alternativa na qual estão presentes duas causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

- (A) Impetração de mandado de segurança e moratória.
- (B) Parcelamento e depósito do montante integral.
- (C) Propositura de ação consignatória e dação em pagamento de bens imóveis.
- (D) Conversão do depósito em renda e decisão judicial com trânsito em julgado.
- (E) Pagamento parcelado e remissão.

51. Em matéria tributária, possui responsabilidade pessoal

- (A) o espólio, pelos tributos devidos pelo *de cujus* até a data da abertura da sucessão.
- (B) os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores.
- (C) os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.
- (D) os administradores de bens de terceiro.
- (E) o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio.

52. Segundo as disposições do Código Tributário Nacional, o crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente do trabalho. No processo de falência, a multa tributária prefere aos créditos

- (A) com privilégio especial.
- (B) com privilégio geral.
- (C) com garantia real.
- (D) quirografários.
- (E) subordinados.

53. Determina a lei que rege a execução fiscal que, se tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. Conta-se referido prazo da data em que for

- (A) distribuída a ação executiva.
- (B) regularmente citado o devedor.
- (C) ordenado o arquivamento do processo.
- (D) determinada a suspensão do curso da execução.
- (E) inscrito o débito na dívida ativa.

## DIREITO FINANCEIRO

54. De acordo com o posicionamento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

- (A) os preços de serviços públicos e as taxas se confundem na medida em que ambos são compulsórios e têm sua cobrança condicionada à prévia autorização orçamentária.
- (B) os Estados podem, a título de ressarcimento de despesas, reduzir a parcela de 20% do produto da arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias, atribuída aos Municípios.
- (C) a Fazenda Pública não pode recusar a substituição do bem penhorado por precatório.
- (D) os atos do presidente do tribunal que disponham sobre processamento e pagamento de precatório não têm caráter jurisdicional.
- (E) os créditos de natureza alimentícia gozam de preferência, vinculados os precatórios de ordem cronológica dos créditos de natureza diversa.

55. Os princípios orçamentários constituem-se nas premissas que devem ser observadas na concepção da proposta orçamentária. Dentre eles, aquele que determina que a lei orçamentária deverá conter apenas matéria orçamentária ou financeira, não contendo dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, é denominado princípio da
- (A) unidade.  
 (B) universalidade.  
 (C) exclusividade.  
 (D) totalidade.  
 (E) periodicidade.
56. Consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria para o fim de realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, nos casos expressamente definidos em lei. Tal procedimento refere-se ao regime de
- (A) estimativa.  
 (B) adiantamento.  
 (C) arbitramento.  
 (D) revisão.  
 (E) homologação.
57. As dotações para despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado, classificam-se como
- (A) transferências correntes.  
 (B) investimentos.  
 (C) inversões financeiras.  
 (D) despesas de capital.  
 (E) dotações aleatórias.
59. Assinale a alternativa que traz, apenas, crimes próprios quanto ao sujeito ativo, ou seja, que só podem ser praticados por funcionários públicos (esclarece-se que em tais crimes é admitida a co-autoria de particulares).
- (A) Corrupção ativa; concussão; violência arbitrária.  
 (B) Fraude processual; prevaricação; peculato culposo.  
 (C) Peculato; condescendência criminosa; corrupção passiva.  
 (D) Descaminho; coação no curso do processo; fraude processual.  
 (E) Denúnciação caluniosa; violação de sigilo funcional; abandono de função.
60. No que se refere ao crime de associação criminosa (CP, art. 288), é correto afirmar que
- (A) a pena é dobrada se a associação é armada.  
 (B) a pena é dobrada se houver a participação de criança ou adolescente.  
 (C) a figura típica apenas se perfaz se ao menos um dos crimes articulados pela associação se concretiza.  
 (D) se configura mediante a associação de 3 (três) ou mais pessoas para o fim específico de cometer crimes.  
 (E) apenas pune-se a associação criminosa urbana, pois associação criminosa estabelecida em área rural configura fato atípico.
61. O art. 37 da Lei nº 9.605/98 estabelece que, independentemente de autorização ou prévia manifestação da autoridade competente, é conduta autorizada legalmente (não há crime) o abate de animal quando realizado
- (A) por ser nocivo [o animal].  
 (B) para fins científicos e didáticos.  
 (C) para controlar reprodução excessiva da espécie.  
 (D) em estado de necessidade, para saciar a fome do agente ou de sua família.  
 (E) para proteger lavouras, pomares e rebanhos da ação predatória ou destruidora de animais.

#### **DIREITO PENAL E LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL**

58. É considerado qualificado o crime de furto (CP, art. 155, § 4º) praticado
- (A) com abuso de confiança.  
 (B) durante o repouso noturno.  
 (C) em desfavor de ascendente ou descendente.  
 (D) por funcionário público (ou equiparado) no exercício da função.  
 (E) contra idoso, criança, adolescente ou pessoa que tenha reduzida capacidade de entendimento.
62. Configura crime de responsabilidade do Presidente da República ato que atente contra a Constituição Federal e, conforme expresso nos incisos I a VIII do art. 4º da Lei nº 1.079/50, atos que atentem especialmente contra
- (A) a humanidade.  
 (B) as finanças públicas.  
 (C) a soberania nacional.  
 (D) a liberdade de imprensa.  
 (E) o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais.

- 63.** O crime de lavagem de dinheiro (art. 1º da Lei nº 9.613/98),
- (A) será sempre julgado pela Justiça Estadual.
  - (B) será sempre julgado pela Justiça Federal.
  - (C) será sempre julgado pela Justiça Federal, seja a investigação conduzida pela Polícia Federal ou pela Polícia Estadual.
  - (D) será julgado pela Justiça Federal quando o crime antecedente também o for.
  - (E) não obedece às regras gerais de competência, cabendo ao Ministério Público, de acordo com a magnitude dos valores envolvidos, decidir se o processo tramitará pela Justiça Estadual ou Federal.
- 64.** Assinale a alternativa que traz a disposição correta no que tange ao procedimento dos delitos da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/06).
- (A) Acusação e defesa podem arrolar, no máximo, 8 (oito) testemunhas cada (art. 54, III e 55, § 1º).
  - (B) Prescinde de autorização judicial o procedimento investigatório de não-atuação imediata sobre portadores de droga, a fim de identificar os demais agentes (art. 53, II).
  - (C) O inquérito policial será concluído no prazo de 10 (dez) dias, se o indiciado estiver preso, e de 30 (trinta) dias, quando solto (art. 51).
  - (D) O perito que subscrever o laudo de constatação não poderá participar da elaboração do laudo definitivo (art. 50, § 2º).
  - (E) Ocorrendo prisão em flagrante, a autoridade de polícia judiciária fará, imediatamente, comunicação ao juiz competente, remetendo-lhe cópia do auto lavrado, do qual será dada vista ao órgão do Ministério Público, em 24 (vinte e quatro) horas (art. 50).
- 65.** Os crimes previstos na Lei de Licitação (Lei nº 8.666/93)
- (A) são de ação penal pública incondicionada.
  - (B) são de ação penal pública condicionada à representação da vítima, ou seja, do ente estatal lesado.
  - (C) são de ação penal pública condicionada à representação da vítima, ou seja, do particular prejudicado pela conduta delituosa.
  - (D) não admitem ação penal privada subsidiária da pública.
  - (E) devem ter o respectivo processo penal submetido ao reexame necessário, caso a sentença seja absolutória.

- 66.** É princípio do Direito do Trabalho que impõe o privilégio dos fatos sobre a forma ou a estrutura empregada, a exemplo do empregado que é rotulado de autônomo pelo empregador, em razão de contrato escrito de representação comercial entre eles celebrado, quando as condições fáticas observadas demonstram a existência de um contrato de trabalho.
- Trata-se do princípio da
- (A) irrenunciabilidade de direitos.
  - (B) continuidade da relação de emprego.
  - (C) primazia da realidade.
  - (D) proteção.
  - (E) interpretação mais favorável.
- 67.** A pessoa física que presta serviços esporádicos a uma ou mais empresas, sem, contudo, manter relação de emprego com qualquer delas, é considerada trabalhador
- (A) autônomo.
  - (B) eventual.
  - (C) temporário.
  - (D) avulso.
  - (E) comissionado.
- 68.** O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial. Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta, caso evidenciada sua conduta culposa no cumprimento das obrigações estabelecidas pela lei que rege os contratos administrativos,
- (A) respondem da mesma forma, ou seja, subsidiariamente.
  - (B) respondem solidariamente com o empregador.
  - (C) respondem em primeiro lugar, em razão do contrato administrativo celebrado, respondendo subsidiariamente o empregador.
  - (D) não respondem, desde que provada sua conduta culposa e não dolosa.
  - (E) não respondem, porque os contratos de trabalho têm regência diversa dos contratos celebrados pela Administração.

69. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, integra a remuneração e corresponde não só à importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado, como também aquela que for cobrada pela empresa ao cliente, a qualquer título, e destinada à distribuição aos empregados.

A definição corresponde

- (A) à participação dos empregados no lucro das empresas.
- (B) à gorjeta.
- (C) à gratificação.
- (D) ao salário em utilidades.
- (E) ao salário por tarefa.

70. Assinale a alternativa correta acerca da jornada de trabalho, nos termos em que dispõe a respeito a Consolidação das Leis do Trabalho.

- (A) A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de 8 horas diárias, vedado qualquer outro limite.
- (B) O tempo despendido pelo empregado até o local e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, será computado na jornada de trabalho, quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução.
- (C) Considera-se trabalho em tempo de regime parcial aquele cuja duração supere 25 horas, mas não exceda a 30 horas semanais.
- (D) Ainda que em regime de tempo parcial, os empregados poderão prestar horas extras, observado o limite máximo de 1 hora diária.
- (E) A duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, mediante acordo escrito entre empregador e empregado, ou mediante acordo coletivo de trabalho, do qual deverá constar a remuneração da hora suplementar que será, pelo menos, 50% superior à hora normal.

#### DIREITO PREVIDENCIÁRIO

71. As atividades de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das atividades relativas à tributação, à fiscalização, à arrecadação, à cobrança e ao recolhimento das contribuições sociais estabelecidas na Lei nº 8.212/91, das contribuições incidentes a título de substituição e das devidas a outras entidades e fundos, competem

- (A) ao Instituto Nacional da Seguridade Social.
- (B) à Secretaria da Receita Federal.
- (C) ao Conselho Nacional da Previdência Social.
- (D) ao Comitê de Assuntos Previdenciários.
- (E) à Secretaria de Assuntos Financeiros e Orçamentários.

72. A Seguridade Social rege-se pelos princípios que lhe são impostos, tanto em nível constitucional quanto em nível infraconstitucional. A orientação para que o legislador, quando da elaboração da lei referente à área da Seguridade Social, tenha a sensibilidade de elencar, por lei, as prestações que cobrirão as contingências sociais que mais assolam a população, consubstancia o princípio da

- (A) uniformidade.
- (B) universalidade.
- (C) seletividade.
- (D) equivalência.
- (E) equidade.

73. De acordo com o posicionamento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, a ação de cobrança de diferenças de valores de complementação de aposentadoria, contados da data do pagamento, prescreve em

- (A) 2 anos.
- (B) 5 anos.
- (C) 10 anos.
- (D) 15 anos.
- (E) 30 anos.

#### DIREITO ELEITORAL

74. A propaganda eleitoral, no rádio e na televisão,

- (A) restringe-se ao horário gratuito definido em lei, sendo, contudo, permitida a veiculação de propaganda paga.
- (B) será integralmente paga com recursos da legenda, sendo as emissoras responsáveis apenas pela inserção dos programas.
- (C) de candidato regional, no horário gratuito, não pode utilizar a imagem e a voz de candidato no pleito nacional, ainda que pertençam ao mesmo partido político.
- (D) de caráter gratuito, deve ser transmitida por emissoras de televisão que operam em VHF e UHF e por todos os canais de televisão por assinatura.
- (E) no horário gratuito definido em lei, não obsta a transmissão por emissora de rádio ou televisão de debates sobre as eleições majoritária ou proporcional.

**75.** Considere a seguinte situação hipotética.

O Prefeito de Várzea Paulista candidatou-se à reeleição no ano de 2016 e, no mês de setembro, praticou as seguintes condutas: compareceu à inauguração de uma nova Unidade Básica de Saúde, construída por sua gestão; nomeou médicos aprovados em concurso público homologado em maio de 2016; autorizou publicidade institucional de programa municipal de combate à dengue; e fez revisão geral da remuneração dos servidores públicos.

Considerando as condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais, previstas na Lei Federal nº 9.504/97,

- (A) o comparecimento à inauguração da Unidade Básica de Saúde não está vedado, desde que não haja a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos para o evento de inauguração.
- (B) a nomeação de médicos aprovados em concurso público não pode ser realizada, pois nomear, contratar ou de qualquer forma admitir servidores, é vedado, em qualquer hipótese, nos três meses que antecedem o pleito e até a data da posse dos eleitos.
- (C) a autorização de publicidade institucional de programa municipal de combate à dengue, se comprovado que se tratava de caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral, não constitui conduta vedada.
- (D) a revisão geral da remuneração dos servidores públicos não pode ser realizada, ainda que se destine apenas à recomposição da perda de seu poder aquisitivo no ano da eleição.
- (E) todas as condutas praticadas pelo Prefeito Municipal são vedadas pela referida lei, estando ele sujeito a multa no valor de 5 (cinco) a 100 (cem) mil UFIRs, mas não ficando sujeito à cassação do registro ou do diploma.

**76.** Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre o teor de súmula do Tribunal Superior Eleitoral.

- (A) Nas ações que visem à cassação de registro, diploma ou mandato, há litisconsórcio passivo necessário entre o titular e o respectivo vice da chapa majoritária.
- (B) Não é necessário o esgotamento das instâncias ordinárias para a interposição de recurso especial eleitoral.
- (C) Cabe recurso especial eleitoral por violação à legislação municipal ou estadual, ao Regimento Interno dos Tribunais Eleitorais ou às normas partidárias.
- (D) O descumprimento de resposta a consulta ou de ato normativo do Tribunal Superior Eleitoral deve ser arguido em reclamação.
- (E) Estados e Municípios são parte legítima para requerer a execução de astreintes fixada por descumprimento de ordem judicial no âmbito da Justiça Eleitoral.

**LEGISLAÇÃO MUNICIPAL**

**77.** Considere a seguinte situação hipotética:

Servidor ocupa cargo efetivo, de caráter técnico, no setor responsável por licitações da Secretaria da Câmara Municipal de Várzea Paulista e, concomitantemente, ocupa cargo efetivo no Poder Executivo Municipal de Jundiá, sendo lotado no setor de licitações de uma Secretaria desse Município. Os horários de trabalho são compatíveis.

Diante do previsto no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Várzea Paulista, verificada tal situação em processo administrativo disciplinar,

- (A) o respectivo expediente deverá ser arquivado, pois a acumulação descrita é lícita, nos termos da Constituição Federal e do próprio Estatuto.
- (B) deverá ser aplicada ao servidor sanção administrativa disciplinar de advertência, por se tratar de falta leve.
- (C) está caracterizada a falta média, cabendo a aplicação da sanção administrativa disciplinar de suspensão de até 15 (quinze) dias.
- (D) o servidor deverá optar por um dos cargos, sob pena da aplicação da sanção administrativa disciplinar de demissão.
- (E) comprova-se falta grave, cabendo a aplicação da sanção administrativa disciplinar de suspensão de até 30 (trinta) dias.

**78.** A Lei Orgânica Municipal prevê que é competência privativa da Câmara Municipal de Várzea Paulista, que não depende de sanção do Prefeito,

- (A) votar o orçamento anual, o plano plurianual de investimentos e a lei de diretrizes orçamentárias.
- (B) deliberar sobre obtenção e concessão de empréstimo e operações de crédito, bem como, a forma e os meios de pagamento.
- (C) autorizar a concessão de auxílios e subvenções, a concessão de serviços públicos e a concessão do direito real de uso de bens municipais.
- (D) dispor sobre a criação, organização e supressão de distritos, mediante prévia consulta plebiscitária.
- (E) convocar os Secretários e ou Diretores de Departamentos Municipais para prestar informações sobre matéria de sua competência.

**79.** Supondo que a Câmara Municipal de Várzea Paulista recebesse comunicação do Tribunal de Contas, apontando irregularidades em despesa decorrente de contrato, o Presidente da Câmara Municipal deveria determinar, imediatamente, nos termos do Regimento Interno,

- (A) a expedição de decreto legislativo com a suspensão cautelar do contrato, se vigente, e encaminhamento à Comissão de Justiça e Redação para emissão de parecer.
- (B) a leitura do comunicado no Expediente e o encaminhamento à Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade para emissão de parecer no prazo de trinta dias.
- (C) o envio de ofício ao Ministério Público para responsabilização administrativa, criminal e/ou reparação dos prejuízos causados ao Erário.
- (D) a elaboração de projeto de decreto legislativo, pela Procuradoria da Casa, propondo a sustação da execução do contrato pelo Prefeito Municipal.
- (E) a leitura do comunicado em Plenário e em seguida, a realização de votação sobre a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito.

**80.** Acerca da iniciativa popular de lei, o Regimento Interno da Câmara Municipal de Várzea Paulista prevê que

- (A) deverá ser utilizado formulário padronizado para coleta de assinaturas, fornecido pela Mesa da Casa.
- (B) o projeto não sofrerá o mesmo trâmite dos demais projetos, mas será numerado de acordo com a numeração geral.
- (C) a Comissão de Justiça e Redação não poderá sanar os vícios de natureza formal que porventura o projeto contenha, cabendo, nesse caso, seu arquivamento de plano.
- (D) o primeiro signatário da proposta poderá exercer, em relação ao projeto, os poderes e atribuições conferidos ao Vereador que é autor de proposição.
- (E) o primeiro signatário, ou quem for indicado por ocasião da apresentação do projeto, poderá usar da palavra para defendê-lo exclusivamente no Plenário.





